

ACM aceita mais imposto como "última saída"



ACM adverte governadores: "Tentar obter antecipação da receita é bem pior do que recorrer ao FMI"

Embora considere essa a 'pior das soluções', senador ainda acha preferível do que o País quebrar

ROSA COSTA

BRASÍLIA – O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), admitiu ontem, antes de conversar com o presidente Fernando Henrique Cardoso, que a proposta de elevação de impostos pode ser uma alternativa para o País enfrentar a crise. "Entre o Brasil quebrar ou aumentar os impostos, é melhor aumentar os impostos", afirmou.

Ele advertiu, porém, que o Congresso só aceitará o pedido do governo para aumentar impostos se não houver outra saída. "A medida é a pior das soluções, e, por isso, deve ser vista como a última opção."

Para o senador, as propostas que tornarão o País menos vulnerável à crise devem, necessariamente, ser examinadas e votadas pelo Congresso até dezembro, mesmo que isso implique ignorar as dificuldades impostas pelo regimento. "Não é por uma nuga regimental que se vai deixar o País quebrar," alegou.

Ele tem como questões prioritárias o ajuste fiscal, a conclusão da reforma da Previdência e os cortes no Orçamento da União do próximo ano. Segundo o senador, entre as medidas que estão sendo estudadas pelo governo "com certeza" está a redução dos incentivos fiscais, responsáveis pela perda de R\$ 16 bilhões da receita do Tesouro. "Todas as áreas terão de pagar um preço para consertar o País", defendeu. ACM entende que a iniciativa deveria avançar mais e se estender à atualização de órgãos como a Sudene, "que hoje é inteiramente obsoleta". "Não digo acabar com Sudene, mas modificá-la", afirmou. "É um órgão anacrônico, que pouco funciona."

O presidente do Congresso prontificou-se a discutir com os líderes um calendário de votação, assim que o governo enviar ao Congresso os pontos prioritários do ajuste fiscal. Mas esclareceu que os mesmos só serão votados depois do segundo turno das eleições estaduais, no dia 25, "porque existem parlamentares que continuam envolvidos nas campanhas". Até lá, seriam feitos os preparativos, com a adoção dos aparatos necessários às votações. O senador concordou que haja um entendimento prévio sobre o ajuste do governo com os atuais e os governadores eleitos. Frisou, porém, que o Congresso é o fórum dessas discussões e é também quem vai decidir sobre os cortes que serão feitos no Orçamento, com base num teto estipulado pelo governo.

O senador previu que dificilmente governadores e prefeitos devem tentar obter antecipação da receita, diante das dificuldades provocadas pelo aumento das taxas de juros. Na sua opinião, a medida seria "pior do que recorrer ao FMI, que, às vezes, se torna indispensável para alguns países". "Mas não é uma solução agradável." Ele lembrou que os Estados são autônomos em relação aos recursos internos, cabendo à União adotar medidas sobre seus próprios recursos.

Cautela – ACM foi cauteloso ao falar sobre o aumento da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF). Ele descartou a possibilidade de tornar esse imposto permanente, mas admitiu que a alíquota de 0,20% poderá aumentada e, mais tarde, reduzida, quando o Brasil conseguir pôr a sua economia em ordem. "Confio em Deus que a crise não seja permanente", afirmou. A vantagem da contribuição, na avaliação do senador, é que se trata de um imposto "limpo", que não precisa de uma "máquina administrativa" para ser arrecadado.

O presidente do Senado reafirmou que está disposto a conversar com a oposição sobre as medidas do ajuste fiscal, mas explicou que não cabe a ele chamar Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ou Leonel Brizola (PDT) para um encontro. "Se eles disserem que não conversam comigo, ficaria um impasse antes da hora", justificou. Ele acha que a oposição não recusará debater o assunto, "porque não tem nenhum interesse em que o Brasil quebre".